



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



## PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: OPERACIONALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PLANALTO/RS

O Poder Executivo solicitou parecer jurídico acerca da forma legal a ser adotada para alienação da folha de pagamento dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas do Município.

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, de sorte que esta Procuradoria não adentrará em aspectos técnicos e econômicos, tampouco no juízo de conveniência e oportunidade da contratação pretendida, atendo-se à minuta do edital e seus anexos, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da lei 8.666/93, ou sob a vigência da nova Lei 14.133/2021.

Esta parecerista entende ser necessário a abertura de procedimento licitatório que tenha por objeto a seleção de instituição financeira pública ou privada, para fins de pagamento da folha salarial dos servidores públicos, uma vez que estamos também tratando de verbas e repasses federais, consoante parágrafo terceiro do artigo 164 da Constituição Federal.

Seguimos o entendimento dos Tribunais de Contas quanto a necessidade de realização de procedimento licitatório, considerando ser um procedimento essencial para contratação de instituição financeira, seja oficial ou não, com fins de operacionalização e gerenciamento da folha de pagamento de servidores, onde será ampliada a competitividade entre os bancos estabelecidos no Município.

O Tribunal de Contas da União tem orientado que: “a delegação a terceiros da prestação de serviços, em caráter exclusivo, de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares deve ser instrumentalizada por meio de contrato administrativo, haja vista a ausência, no objeto da relação jurídica, de interesses recíprocos e de regime de mútua cooperação”. **Logo, não se pode celebrar convênio ou outros instrumentos similares, mas um contrato administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93.**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



Porém, será possível a contratação direta de instituição financeira para pagamento da folha de salários dos servidores *se restar demonstrada a inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93*. O que não se vê no caso em estudo.

Assim, a gestão da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, está sujeita às regras de mercado, à livre concorrência e ao procedimento licitatório, não existindo razão para conceder privilégios a qualquer banco em detrimento de às demais instituições financeiras porventura interessadas em contratar os serviços bancários. As demais instituições bancárias instaladas em Planalto poderão se interessar pela disputa em questão, mediante licitação e ainda ofertar preços mais vantajosos para a nossa Administração Pública.

Sendo diverso o interesse de V. Sr<sup>a</sup> adotar, após desinteresse das financeiras na negociação competitiva, a dispensa com suporte legal o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, que permite a contratação de bens ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenham sido criadas para esse fim específico em data anterior a vigência da referida norma, que seja observado “que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado”.

Vejamos:

*“Nessa toada, o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 1940/2015-Plenário do TCU, teceu o entendimento de que a contratação direta de instituição financeira para prestação de serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares é possível com base na primeira parte do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, desde que seja demonstrada a vantagem da contratação direta em relação à realização de procedimento licitatório. Destarte, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) ao julgar casos análogos entendeu pela regularidade de tais dispensas, conforme ementas: ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ARTIGO 24, INCISO VIII, DA LEI Nº 8.666/93. Não há irregularidade na dispensa de licitação realizada em conformidade com o disposto no artigo 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93. Caso em que contratada a Caixa Econômica Federal, que ofereceu preço compatível com o de mercado, sendo superior àquele anteriormente objeto de contratação e ao proposto*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000




pelo banco concorrente. (TRF4, REOAC 2007.72.02.006640-6, QUARTA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, D.E. 15/06/2009)”

Estamos expondo duas situações, em razão de que os posicionamentos não são uníssonos, existindo diversos posicionamentos divergentes acerca da matéria, mas não há nenhuma manifestação vinculante do STF, por exemplo, afastando a possibilidade de contratações de tal natureza.

Portanto, tratando-se de uma matéria altamente controvertida, e ante os diversos posicionamentos tanto na doutrina como na jurisprudência, esta Procuradoria entende por segurança jurídica a contratação por processo licitatório, ainda que, não seja caso de impedimento da contratação de instituição financeira oficial com esteio no art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, restando necessário avaliar a compatibilidade do preço contratado com o de mercado. A cotação de preços é a etapa principal do processo e deve ser precedida da ampla pesquisa de mercado público, nos termos do artigo 15, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

É O PARECER JURÍDICO

Planalto, 29 de setembro de 2023

  
VALÉRIA CRISTINA BORTOLUZZI  
PROCURADORA JURÍDICA



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2023**  
**PROCESSO Nº 68/2023**

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Às nove horas do dia 29 de setembro de 2023, na sala de licitações, presentes os membros da Comissão Permanente, criada pela Portaria nº 078/2022, reunida com o objetivo de analisar documentação enviada pela empresa **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, para cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade.

**FUNDAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE:**

Art. 24. É dispensável a licitação:

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Conforme autorização anexo ao presente processo.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser pago pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta por Dispensa de Licitação, para a contratação de empresa **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, para cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), aparenta

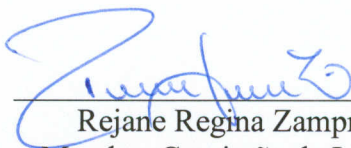
encontrar-se compatível com o interesse público, conforme orçamento anexado ao processo, bem como a documentação da empresa encontra-se de acordo com a legislação vigente.

Nada mais a relatar, foi lavrada a presente ata e encaminhada para autoridade superior para ratificação e devida publicação.

Planalto/RS, 02 de outubro de 2023.



Marisane Fátima da Silva  
Membro Comissão de Licitação



Rejane Regina Zampronio  
Membro Comissão de Licitação



Gavur Uilian Schuster  
Membro Comissão de Licitação





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# GOVERNO MUNICIPAL DE PLANALTO

CNPJ 87.612.891/0001-15 - (55) 3794-1122 / (55) 3794-1133

Rua Humberto de Campos, 732 - Praça dos Expedicionários - Centro - CEP 98470-000



## DESPACHO

Com base na decisão da Comissão de Licitações e no Parecer Jurídico, reconheço ser dispensável a licitação e ratifico o ato para a contratação da empresa BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.702.067/0001-96, para cessão onerosa dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), com base no Art. 24, VIII, da Lei 8.666/93, conforme Processo 68/2023, Dispensa 13/2023.

Planalto/RS, 02 de outubro de 2023.

Cristiano Gnoatto  
Prefeito Municipal

